

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	9
1.1. Princípios no Direito.....	9
1.2. Princípios derivados do ordenamento.....	12
1.3. Funções dos princípios derivados do ordenamento.	13
1.4. Os princípios aplicáveis às tutelas provisórias.	15

CAPÍTULO 2

AS TUTELAS PROVISÓRIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	25
2.1. A tutela jurisdicional e efetividade dos direitos.	25
2.2. A estruturação das tutelas provisórias no novo sistema legal.	31
2.3. As tutelas diferenciadas de urgência e evidência.	35

CAPÍTULO 3

A ESTRUTURAÇÃO DAS TUTELAS URGENTES	43
3.1. Síntese preliminar.	43
3.2. As zonas de contato entre as tutelas urgentes cautelares e antecipatórias	43
3.2.1. O risco nas tutelas urgentes.....	46
3.2.2. A satisfatividade nas tutelas urgentes.....	52

CAPÍTULO 4

OS REQUISITOS DAS TUTELAS DE URGÊNCIA	61
4.1. <i>Periculum in mora</i>	62
4.2. <i>Fumus boni juris</i>	71

CAPÍTULO 5

A DINÂMICA DA CONCESSÃO DAS MEDIDAS URGENTES.....	75
--	-----------

5.1. O requerimento do autor e atuação de ofício.	75
5.2. Meios e momento de transporte da tutela de urgência.	79
5.3. Os requisitos das tutelas de urgência e motivação da decisão judicial a eles correlata.	80
5.4. O direito subjetivo às tutelas de urgência.	99
5.5. A incidência do princípio da fungibilidade no campo das tutelas de urgência.	108

CAPÍTULO 6

PROCEDIMENTO DAS TUTELAS DE URGÊNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 121

6.1. Tutelas antecipadas antecedentes.	121
6.2. Tutelas Cautelares Antecedentes.	125
6.3. Tutela Antecipada e Cautelar Incidental.	128
6.4. Responsabilidade Civil Processual.	129
6.5. Efetivação das Tutelas Urgentes.	130
6.6. Irreversibilidade da tutela antecipada.	131
6.7. Recorribilidade das decisões envolvendo tutelas provisórias.	134
6.8. Tutelas provisórias no âmbito dos tribunais.	136

CAPÍTULO 7

TUTELAS DE EVIDÊNCIA 137

7.1. Caracterização e hipóteses de tutela de evidência.	137
7.2. Tutela de evidência nos tribunais.	149

CAPÍTULO 8

TUTELAS PROVISÓRIAS NA ARBITRAGEM..... 153

8.1. O sistema arbitral.	153
8.2. Tutelas provisórias de urgência na arbitragem.	160
8.2.1. A interação entre a Arbitragem e a Jurisdição.	160
8.2.2. A concessão das tutelas provisórias de urgência antes da instauração da arbitragem.	161
8.2.3. A concessão da tutela provisória de urgência após a instauração da arbitragem.	162
8.2.4. A efetivação das liminares de urgência.	162
8.2.5. Superando o problema terminológico e sistemático.	166
8.3. Tutelas provisórias de evidência na arbitragem.	167

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 169